

EXCELENTÍSSIMO MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DD
RELATOR DA PET 11552 – BRASÍLIA/DF

SILVINEI VASQUES, já qualificado nos mencionados autos vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer a imediata remessa do procedimento à Justiça Eleitoral de primeiro grau, tendo em conta a notória ausência de competência desse Supremo Tribunal Federal para processar e julgar o jurisdicionado.

A remessa desse procedimento pela polícia federal ao Supremo Tribunal Federal configura, inclusive, erro de grande monta. Sobretudo diante da evidência de que não há conexão ou continência com ato de indivíduo com prerrogativa de foro.

A conexão somente ocorre quando existe algum liame entre uma e outra infração penal a permitir a unificação de processos que guardam, entre si, algum vínculo.

Ora, para se permitir que o requerente seja processado no STF é necessário primeiro revelar qual infração penal guardaria vínculo com a conduta – falsamente – atribuída a ele e, em segundo lugar, qual autoridade com prerrogativa de foro estaria sendo acusada.

É de bom tom registrar que não existe conexão entre inquéritos – *a despeito da existência de poucas opiniões técnicas em sentido contrário* -, mas apenas entre processos. Tal fato torna a situação do jurisdicionado ainda mais escandalosa.

A Polícia Federal para invocar a jurisdição do STF em nenhum momento indicou qual ato de qual autoridade com prerrogativa de foro possui conexão com condutas fantasiosamente atribuídas ao requerente.

Essas acusações alegóricas atribuídas ao requerente possuem conexão (ainda que probatória) com ato de qual deputado ou qual senador? Qual o número do processo?

E qual a fundamentação firmada pela polícia federal sobre o ponto para justificar o pedido de prisão preventiva do requerente? Porque é estranho que uma autoridade policial submeta um jurisdicionado sem prerrogativa de foro ao STF, sem apontar no pedido de prisão justificativa para tal.

Veja Vossa Excelência que no pedido de prisão preventiva o agregado da polícia federal em nenhum momento, quando do requerimento da decretação da prisão preventiva, fez referência a deputado federal ou a senador. O que é atitude estranhíssima, diga-se ainda que só de passagem. Endereçar um pedido de prisão ao STF de uma pessoa sem prerrogativa de foro e sem apontar de onde tirou a conexão ou a continência, de fato, é uma heresia jurídica. Alguns delegados são bons investigadores, mas com a ciência do Direito não se afeiçoam.

Trata-se de conduta totalmente temerária, eis que deveria saber que não existe conexão entre inquéritos, mas apenas entre processos, repita-se ainda que mais de uma vez.

Salutar, nesta oportunidade, registrar que “o antagonista” publicou vídeo no *youtube* informando que a Procuradoria Geral da República requereu o arquivamento dos inquéritos envolvendo os deputados federais, o que denota, indubitavelmente, a necessidade de remessa dos autos ao primeiro grau: <https://www.youtube.com/watch?v=IRLbJ7arFhs>.

Por isso é de causar estranheza o desejo da Polícia Federal de continuar peticionando a esse Supremo Tribunal Federal no intuito de prejudicar o requerente.

O enunciado da Súmula 704 do STF é bem claro ao limitar a conexão entre processos:

“Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.”

No mesmo sentido se manifestou a Ministra Rosa Weber:

(...) 4. "Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados" ([Súmula 704](#) do Supremo Tribunal Federal). **A decisão pela manutenção da unidade de processo e de julgamento perante o Supremo Tribunal Federal** ou pelo desmembramento da ação penal está sujeita a questões de conveniência e oportunidade, como permite o art. 80 do [Código de Processo Penal](#).

[[Inq 3.412 ED](#), rel. min. **Rosa Weber**, 1ªT, j. 11-9-2014, *DJE* 196 de 8-10-2014.] (grifei).

Não caso do requerente resta evidente que não existe conexão (art. 76 do CPP) e, tampouco, continência (art. 77 do CPP), a justificar a submissão do jurisdicionado à Suprema Corte.

Acresça-se a isso que a própria Procuradoria Geral da República já se manifestou nessa pet (quando do pedido de decretação da prisão preventiva) registrando o óbvio - *que não existe competência do STF para decidir sobre os pedidos formulados pelo delegado*.

Assim sendo, requer a remessa desse procedimento à Justiça Eleitoral que é a que possui competência para o caso. Sucessivamente, que seja informado qual autoridade com prerrogativa de foro e qual ato dela está a gerar (conexão ou continência) a ponto de se permitir que um jurisdicionado, sem prerrogativa de foro, esteja submetido ao STF.

A polícia federal, ao criar suas próprias regras de competência, viola o Estado de Direito. Se o descumprimento da lei é grave se efetuado por uma pessoa do povo deve-se ter em mente que a gravidade é potencializada quando praticada por agente público. Pois é o Estado roubando no jogo cujas regras ele mesmo criou.

Nestes termos pede e espera deferimento.

Florianópolis, 10 de janeiro de 2024.

EDUARDO PEDRO NOSTRANI SIMÃO
OAB/SC 41088